

## Por 676 votos

*Decisão do TRE reabre a batalha pelo Senado*

**A**té a semana passada, o dono da vaga direta para o Senado pelo Amazonas, disputada urna por urna, no pleito do último dia 15 de novembro, era o arenista João Bosco Ramos de Lima, atual vice-governador do Estado. O resultado tinha até sido proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral, três semanas atrás, quando confirmou a vitória de Lima sobre seu principal concorrente oposicionista, o vereador por Manaus Fábio Lucena — pela estreita vantagem de 221 sufrágios.

Na última sexta-feira, contudo, o TRE amazonense voltou atrás. E, agora, o emedebista Lucena pode voltar ao páreo, pois os juízes do TRE anularam



Fábio Lucena



João Bosco Lima

as eleições na pequena Atalaia do Norte, remoto município situado no extremo norte do Estado, a 2 200 quilômetros da capital, onde a Arena recolhera 394 votos a mais que o MDB. A consequência prática dessa decisão é que Lucena tomou a dianteira no cômputo parcial da apuração, abrindo agora uma vantagem de 173 sufrágios sobre Lima. E, assim, caberá a Atalaia do Norte o privilégio de eleger o senador pelo Amazonas, em novo pleito a ser marcado para meados de janeiro próximo.

Segundo a denúncia aceita pelo TRE, foram apurados nas urnas da cidade 790 votos — 114 a mais do que os 676 eleitores legalmente habilitados no prazo final para a elaboração das listas oficiais — 6 de agosto passado, como relata o correspondente de VEJA em Manaus, Manoel Lima. A diferença deve ser creditada à atuação de uma preparadora eleitoral filiada à Arena, que expediu títulos de eleitor depois do prazo legal, beneficiando inclusive jo-

vens que, até aquela data, não haviam completado 18 anos. Na eleição suplementar poderão votar apenas os 676 cidadãos inscritos originalmente. A eles caberá a tarefa de, em última instância, decidir entre Lucena e Lima, numa campanha que deve mobilizar a força máxima de ambos os partidos. ●

### DIREITOS HUMANOS

## Um sinal

*A imprensa uruguaia pôde ver Flávia Schilling*

**V**estindo um macacão cinza-escuro e uma jaqueta cor de laranja, uniforme usado pelos prisioneiros considerados de alta periculosidade, a estudante de medicina brasileira Flávia Schilling, de 24 anos, que desde 1972 cumpre sentença de dez anos de prisão no Uruguai, acusada de militância na organização guerrilheira Tupamaros, foi apresentada à imprensa em Montevideu, sexta-feira passada. A entrevista reuniu apenas jornalistas uruguaianos, que trabalham em áspero ambiente de censura. A todos, Flávia disse que está recebendo cuidados médicos como preparação para uma operação no útero. A timidez dos jornalistas uruguaianos não permitiu grandes avanços. Mas serviu para ampliar a expectativa de que se aproxima a hora de sua libertação.

Esta era, pelo menos, a opinião manifestada no último fim de semana por seu pai, Paulo Schilling, e pelo advogado Décio Freitas, encarregado pela família de tratar do caso. Os dois apóiam sua esperança no precedente do jornalista Flávio Tavares, antigo correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Buenos Aires, que, pouco tempo depois de ser apresentado à imprensa, em Montevideu, foi expulso do país — tendo passado quase um semestre preso pelo regime local.

“É quase certo que se resolva o problema”, afirma Paulo Schilling em Buenos Aires, onde reside. “Em poucas semanas Flávia estará em Porto Alegre.” A intenção das autoridades uruguaianas de convocar apenas a imprensa de Montevideu parece óbvia: mostrar que ela se encontra em bom estado de saúde. Nenhum dos presentes à entrevista, como se esperava perguntou por suas condições carcerárias. Sabe-se, contudo, que todos os dias, às 6 horas da manhã, ela é obrigada a cantar o hino nacional uruguaio, antes de receber uma xícara de chá e um pedaço de pão. ●

## Desinformação

*O Brasil precisa mesmo ser mais bem conhecido lá fora. No Uruguai, por exemplo, um certo número de cidadãos, envolvidos nas atividades dos órgãos locais de segurança, ainda não se deu conta do que existe deste lado da fronteira. É o caso, por exemplo, do cavalheiro que na semana passada telefonou ao presidente da OAB, Raymundo Faoro, convidando-o a hospedar-se no “Hotel Libertad”, de Montevideu, que não é propriamente um hotel mas um presídio masculino localizado nos arredores da capital uruguaia. Isso porque Faoro achou oportuno designar uma comissão de advogados para entrevistar, em Montevideu, onde se encontra preso, o casal de uruguaianos seqüestrado há pouco mais de um mês em Porto Alegre (veja a página 12). O autor do telefonema, e seus inspiradores, precisa urgentemente compreender que no Brasil agora levam-se a sério as deliberações de pessoas sérias. E levam-se cada vez menos a sério os apelos intimidadores de uma chamada telefônica desse tipo, ou exhibições de violência como a de Porto Alegre. Claro, os autores dessas operações ainda dispõem de cúmplices brasileiros. No entanto, estes podem cada vez menos. Bem menos, certamente, que podem no Uruguai os seqüestradores que agem sob ordens oficiais.*

## Meio período

*Preocupado em conciliar o programa de seu partido com a realidade, o deputado paulista José de Freitas Nobre, provável líder do MDB na Câmara Federal a partir de março, sugeriu na semana passada que o plenário do Congresso poderia hospedar simultaneamente os trabalhos legislativos normais e uma Assembléia Constituinte, que funcionaria no expediente noturno. Preocupado com os mínimos detalhes do projeto, o deputado tratou logo de nomear até mesmo os componentes dessa constituinte: a metade seria escolhida entre os parlamentares eleitos em 15 de novembro passado e o resto incluiria políticos cassados e outras pessoas de origem ainda desconhecida. O futuro líder do MDB tem todo o direito de pensar o que bem entender e, mais ainda, o dever de propugnar com vigor pelo caminho que julga mais conveniente para o país. Mas o plano de uma Constituinte em meio período é, no mínimo, um deslize ao bom senso. Com idéias assim, vai mal o MDB e começa mal o novo Congresso.*